



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de serviço de atualização do banco de dados e das licenças de uso do Next Generation Threat Prevention dos equipamentos Checkpoint em funcionamento no TRE-MS, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

*Pelo presente instrumento, a UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ. n. 3.883.929/0001-02, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, em Campo Grande/MS, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00,, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob n.XXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXX, n.xxxx, Bairro XXXXXXXX, telefone: (xx) xxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxx, nesta cidade de Campo Grande – MS, Fone: (xx) xxxx, e-mail: xxxxxxxx, representada neste ato pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, portador do RG n. xxxxxxxxxxxx e do CPF n. xxxx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Procedimento Administrativo 0001518-78.2019.6.12.8000 – Pregão n. /2019 e seus anexos, e proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e, principalmente, pelas disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de atualização do banco de dados e das licenças de uso do Next Generation Threat Prevention para os equipamentos Checkpoint em funcionamento no TRE-MS.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência (Anexo I), que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. /2019;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A descrição dos equipamentos e a prestação dos serviços dar-se-á conforme detalhamento do Capítulo II do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução do contrato é indireta, por empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação, execução dos serviços e fornecimento de equipamentos, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a partir do dia 28 de janeiro de 2020.

4.1.1. No caso de necessidade de substituição de equipamentos, em caso de defeito, o prazo será de, no máximo, 15 (quinze) dias, a contar da comunicação da fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor desta contratação é de R\$ ()

6.2. Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário à realização dos serviços), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Recibo, desde que atendidas todas as condições previstas neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)** devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

7.2. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.2.1. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

7.3. A contratada terá um prazo de 7 dias, contados da comunicação da Administração, para providenciar qualquer pendência na quitação das obrigações trabalhistas relacionadas ao pagamento, transferência ou depósito de valores vinculados a qualquer direito de seus trabalhadores, sob pena de penalidade na forma prevista no item 12.3.

7.3.1. Caso se trate de pendência de obrigações trabalhistas ou fiscais, não relacionadas ao subitem anterior, a contratada terá um prazo de 30 dias, contados da comunicação da Administração, para providenciar o reparo da situação, sob pena de multa na forma prevista no item 11.3. 'b'.

7.4. As notas fiscais/faturas deverão, obrigatoriamente, sempre virem acompanhadas de toda a documentação especificada no subitem 7.1.

7.5. A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade do TRE/MS - telefone: (67) 2107-7219, solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

7.6. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

7.7. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365$ " $I = (6/100) / 365$.

7.8. Em virtude da legislação vigente, somente após o transcurso de 1 (um) ano poderá ser estudada a necessidade de reajuste de valores, limitada, no máximo, ao proporcional ao IPCA.

7.8.1. O reajuste de que trata este item não é compulsório e somente será aplicado no caso de defasagem de preços, mediante demonstração dos custos e tendo por base pesquisa de mercado.

7.9. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

7.10. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA –DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da contratação ficarão a cargo de servidor ou de Comissão de servidores, especialmente designados para esse fim.

8.2. As relações entre o Tribunal e a contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

8.3. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições deste Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do contrato.

8.4. Ao identificar algum descumprimento ou mau cumprimento das obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito (fax/e-mail, desde que comprovado o recebimento por meio de atesto da contratada), registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente prazo para correção de qualquer inconformidade.

8.4.1. Após transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

8.5. Nos casos de necessidade de manutenção, de suporte técnico, os contatos entre a Fiscalização e a contratada poderão ser efetuados através de outro meio disponibilizado pela contratada (por exemplo: atendimento via telefone, correio-eletrônico).

8.6. A qualquer momento a fiscalização está autorizada a solicitar documentação fiscal ou trabalhista, ou qualquer outra relacionada à prestação do serviço, cabendo a Administração determinar a periodicidade para a sua apresentação, podendo inclusive ser mensalmente.

8.7. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitando as formalidades da Lei 8.666/93, devendo o fiscal comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

8.8. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações deste Contrato, e manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

8.9. A fiscalização é responsável pela cobrança (formalizada) de documentos necessários ao pagamento da contratada, sempre que a contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidas ou venham a vencer antes do pagamento.

8.9.1 Esta cobrança não exime a responsabilidade de apresentação dos documentos pela contratada, e sempre que a empresa deixar de apresentar documentos juntamente com a nota fiscal, ou no caso desses estarem vencidos, tal fato deverá ser objeto de comunicado formal (escrito) da fiscalização à empresa contratada, com solicitação de retificação e prazo para tanto.

8.10. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 60 dias de antecedência da ocorrência do fato que ensejar a respectiva alteração necessária.

8.10.1. A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não há previsão neste Contrato, e fogem das possibilidades de ajustes previstas neste termo.

8.11. O fiscal deverá atestar a nota fiscal dos serviços, ratificando a perfeita execução, e verificará a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do TRE/MS, procedendo a prévia solicitação de correção (por meio escrito, com recibo da contratada), caso seja necessária.

8.12. A fiscalização deverá obedecer a todas as regulamentações do TRE/MS quanto ao acompanhamento e fiscalização dos contratos.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Promover por meio de seu representante o acompanhamento/fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.2. Proceder à fiscalização desta contratação, juntamente com a aprovação dos serviços, e acompanhar e orientar as demais obrigações assumidas pela contratada, decorrentes desta avença e seus anexos.

9.3. Realizar o recebimento provisório e definitivo conforme estabelecido no art. 73 da Lei de Licitações.

9.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos em cláusulas deste Contrato, após a verificação da conformidade da nota fiscal, face à verificação através do agente de fiscalização do contrato.

9.5. Solicitar da contratada quaisquer documentos necessários ao perfeito acompanhamento dos serviços, sejam de ordem trabalhista ou fiscal.

9.6. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso dos funcionários da contratada às dependências da contratante relacionadas à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços e o fornecimento, na forma e prazos determinados neste Contrato.

10.2. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência.

10.3. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.

10.4. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização deste TRE, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

10.5. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.

10.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

10.7 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

10.8 Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.9. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

10.10. Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratada é plena, legal e contratual.

10.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou supressões que se fizerem necessários, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

11.2. Será aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados neste contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

11.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) por **dia de atraso** na execução do serviço de manutenção ou substituição de equipamento, incidente sobre o valor total contratado, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento); Após o 40º (quadragésimo) dia e a critério da Administração, a autoridade competente poderá entender caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, com a consequente rescisão deste contrato.
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, referente ao item com problema, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais**, do Termo de Referência, do Acordo de Nível de Serviço, se aplicável ou de ordens da fiscalização;
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **não emissão de documento imprescindível ao pagamento**;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo** que seja considerado obrigatório, na forma prevista em lei;
- e) de 20% (vinte por cento) sobre o **valor total contratado, caso a contratada se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste contrato, levar o TRE/MS à rescisão deste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.**

11.3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em **2/3, ½ ou 1/3**.

11.3.2. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

11.3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

11.3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

11.3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

11.3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

11.5 Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO**, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o Contratante, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

12.5.1 A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a *Contratada* venha a ressarcir o Contratante pelos prejuízos eventualmente causados.

11.6 Da aplicação das sanções de multa e impedimento, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação, encaminhado à autoridade superior do TRE/MS.

11.7. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

11.8. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

12.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral**, determinada por ato escrito da Administração deste Tribunal, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo, a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

12.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O presente *Contrato* poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Este contrato rege-se pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei 8.666/93, com todas as suas alterações posteriores, bem como pela proposta do Contratado, que integra este instrumento, independentemente de transcrição, e no que não conflitar com o mesmo.

13.2. Aplica-se ao presente contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

13.3. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

13.4. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam este Termo, para um só efeito.

Campo Grande, XX de xxxxxxxx de 2019.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 10/09/2019, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0715807** e o código CRC **388A344E**.

0001518-78.2019.6.12.8000

0715807v2